

Em atendimento ao disposto no Artigo 12º, inciso I, da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, apresentamos a proposta de remuneração dos administradores:

Considerando a necessidade de fixação, pela Assembleia Geral Ordinária, do montante global anual para distribuição entre os administradores e membros do Conselho de Administração da Empresa, **PROPOMOS** que o Conselho de Administração, submeta, à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixação máxima do montante global anual para distribuição entre os administradores e membros do Conselho de Administração em R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para o período de abril de 2016 a abril de 2017.

Blumenau (SC), 30 de março de 2016.

A Administração

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, apresentamos as informações nos termos do Anexo 9-1-II, da empresa **TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**.

1. Informar o lucro líquido do exercício

Prejuízo de R\$ (130.450) (milhares de reais)

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não se aplica.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não se aplica.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não se aplica.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

2015	2014	2013
(130.450)	(138.650)	R\$ (154.873)

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não se aplica.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não se aplica.

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não se aplica.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Não se aplica.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não se aplica.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção

Não se aplica.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

- d. Justificar a constituição da reserva

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

- c. Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção

Não se aplica.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

- b. Explicar a natureza da destinação

Não se aplica.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480, de 17 de dezembro de 2009, (anexo 24) apresentamos as informações nos termos do item 10, do Formulário de Referência, da empresa **TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

- a. *Condições financeiras e patrimoniais gerais:*

Ao longo do exercício de 2015, a Diretoria da TEKA não poupou esforço nem dedicação para o cumprimento das imposições emanadas do complexo processo de reestruturação e reposicionamento da empresa. Para tal, buscou junto ao Conselho de Administração, a necessária orientação estratégica e respectiva diretriz, do que resultaram frequentes debates, elaboração de cenários prospectivos, fixação de metas e as consequentes estimativas, com a constante identificação de oportunidades e a respectiva análise de custos e necessidades.

Os resultados comparativos da TEKA entre os anos de 2014 e 2015 demonstram um crescimento praticamente em todos os índices. Destaque para o faturamento que apesar dos problemas econômicos em que o país se encontra, teve um crescimento de 19,3%, sendo importante, além do incremento, a estabilização mensal. As oscilações mês a mês, foram por movimentos sazonais.

É fator preponderante que o Plano de Negócios, Operações e Atuações elaborado em 2014, pós-mudança na Diretoria da empresa, vem sendo cumprido principalmente no que diz respeito aos postos de trabalho. O crescimento do EBITDA, objetivo que vem sendo alcançado devido principalmente à redução de custos empreendidos dentro da empresa, correspondeu a uma melhora na ordem de 63,2%. Estes números foram alcançados pelo aperfeiçoamento de processos, em destaque a Área Industrial, que ao aprimorar estrategicamente a produção da empresa conseguiu reduzir de forma significativa os custos industriais.

Igualmente, na Área Comercial envidaram-se esforços para buscar o crescimento das vendas nos próximos exercícios, iniciando uma forte reestruturação da força de vendas. Para alcançar o objetivo de vendas maiores, exigiram também criatividade na identificação de imprescindíveis ações promocionais, porém, que representassem dispêndios modestos e propiciassem resultados em prazos aceitáveis. Exemplo disto foi a participação da TEKA na TMT - Turnê do Mercado Têxtil, plataforma para divulgação das novas coleções e produtos, confirmando sua reputação de empresa inovadora.

Grato reconhecimento foi ter sido conferido à TEKA pela 16ª Pesquisa Nacional das Marcas Preferidas de produtos de hospedagem - Revista Hotelaria Prêmio Hot Vip 2015, o prêmio de marca mais lembrada e preferida no segmento Cama, Mesa e Banho, além do Prêmio Hotelaria Profissional 2015 – marcas de destaque.

Durante o ano foram feitos lançamentos de coleções, entre eles está a **Coleção Origens** que tem como foco a sustentabilidade, onde na confecção dos produtos de cama e banho gera-se uma economia de água no processo em cerca de 20%. Outro lançamento de sucesso foi a **Coleção Diamante** com jogos de cama de 150 fios 100% algodão, que foi muito bem aceita no mercado devido aos seus desenhos e cores, além do ótimo custo benefício.

Atento a alta do dólar, a empresa também vem apostando em parcerias com clientes no exterior como mais um dos alicerces para incrementar os resultados. Os produtos são exportados para vários países da América Latina, Europa, Ásia e para os EUA. Em 2015, a média de produção voltada aos clientes do exterior foi de 7,4%.

É público que o cenário macro econômico é desfavorável, mas a empresa está efetivamente conseguindo posicionar-se dentro de parâmetros que lhe permitem dar continuidade de suas atividades e superar os seus desafios e metas. A empresa sempre priorizou os 1600 trabalhadores existentes em seu quadro de pessoal e vem cumprindo os acordos estabelecidos com a justiça do trabalho depositando mensalmente os valores acordados.

O custo financeiro corrente da empresa no ano de 2015 foi de R\$ 18,7 milhões que representou 12,4% dos pagamentos realizados, onde vale ainda salientar, que o alto custo financeiro dispendido pela TEKA deve-se ao fato de depender de Factorings para conseguir produzir. É extremamente difícil dentro deste cenário desfavorável, a obtenção de créditos com taxas aceitáveis. Esta situação coloca a empresa com necessidades de compras de insumos à vista, o que dependendo de seus prazos de faturamento a obriga a tentar buscar créditos muito mais caros para seu capital de giro. A empresa precisa fomentar sua produção em praticamente 60 dias devido ao prazo médio de suas vendas no mercado.

O que se pode analisar através destes números é que a empresa poderá superar o EBITDA negativo de forma robusta, caso consiga, através de venda de ativos e ou liberação de valores que se encontram em processos, alavancar sua produção com capital próprio.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações:

i. hipóteses de resgate:

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações

ii. fórmula de cálculo:

Não aplicável

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

É essencial manter foco em realizar uma estruturação de capital de forma otimizada e sustentável, através de venda de ativos, renegociação com credores, lucro operacional e captação de recursos no mercado de capitais.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:

Desconto das duplicatas, contratos de giro, antecipação de recebíveis, operações de fomento e crédito de fornecedores.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Alongamento dos compromissos de curto e médio prazo e captação de recursos de longo prazo via bancos oficiais.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

III. grau de subordinação entre as dívidas

IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Circulante				
Capital de Giro	158.631	136.557	158.631	136.557
RAET	9.003	8.472	9.003	8.472
BRDE	4.775	4.269	4.775	4.269
FINEP	102.879	91.445	102.879	91.445
BNDDES	34.325	30.050	34.325	30.050
Bancos Diversos	164	495	170	498
Debêntures	54.591	47.994	54.591	47.994
	364.368	319.282	364.374	319.285

Taxas

Capital de Giro	CDI + 1,20% a.m. / 1,3% a 4% a.m. / 1% + IGPM
RAET	TR + 6,0% a.a.
BRDE	TJLP + 7,0% a.a.
FINEP	TJLP + 5,5% a.a.
BNDDES	INPC + 12% a.a.
Debêntures	INPC + 6% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Por Data de Vencimento				
Vencidos	324.057	272.087	324.063	272.087
Em até 6 meses	40.311	44.079	40.311	44.082
De 6 meses a 1 ano	-	3.116	-	3.116
	364.368	319.282	364.374	319.285

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Por Tipo de Moeda				
Reais	362.771	318.016	362.777	318.019
US\$	1.597	1.266	1.597	1.266
	364.368	319.282	364.374	319.285

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 246 milhões (R\$ 253 milhões em 2014).

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

a. Contas a Receber, Vendas de Produtos e Deduções das Vendas:

A Receita Bruta em 2015 apontou um aumento de 19,3% em relação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 180,4 MM.

b. Impostos a Recuperar:

Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
ICMS	12	143	126	243
Imposto de Renda	31	31	31	31
IPI	383	289	385	291
PIS/COFINS	-	-	23	-
Crédito Reintegra	365	272	365	272
Outros	-	-	256	257
Parcela Circulante	791	735	1.186	1.094
ICMS	87	90	87	404
Imposto de Renda	9.960	9.660	9.960	9.660
PIS/COFINS	2.057	1.987	2.057	1.987
INCRA	7.887	6.984	7.887	6.984
IRPJ/CSLL	526.274	477.324	526.274	477.324
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
Parcela não Circulante	551.013	500.793	551.013	501.107

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores forem registrados no balanço da TEKA.

c. Imobilizado e Ajuste de Avaliação Patrimonial:

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a empresa concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

10.2. Os diretores devem comentar

a. *Resultados das operações do emissor, em especial:*

II. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

A receita da companhia resulta da produção e comercialização de artigos relacionados à produtos de banho, cama e mesa.

III. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Condicionalizada ainda a limitação de recursos financeiros, principalmente devido seus altos custos, a empresa produziu e comercializou cerca de 5.000 ton/ano, sendo que seu melhor desempenho na curva de crescimento foi no segundo semestre.

b. *Variações das receitas atribuídas a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:*

A empresa vai ampliar sua capacidade de criar valor e gerar resultados positivos de forma sustentada e contínua através da gestão de unidade de negócios, visando otimizar custos e despesas, focando MARCAS, produtos e novos canais de vendas, fortalecendo assim, ainda mais suas operações e sua marca

- c. *Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.*

Elevadas despesas com captação de recursos, visto a dificuldades de financiamento a taxas mais acessíveis.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. *Introdução ou alienação de segmento operacional:*

Não houveram fatos relevantes. A Cia. já possuía internamente a divisão por segmentos, apenas não divulga a abertura em suas demonstrações financeiras.

- b. *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:*

Não houveram fatos relevantes .

- c. *Eventos ou operações não usuais:*

Não houveram fatos relevantes .

10.4. Os diretores devem comentar:

- a. *Mudanças significativas nas praticas contábeis:*

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do impostos de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa;
- f) Constituição de provisão para perdas nos estoques; e

g) As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

b. *Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:*

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a empresa concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) Direitos de Uso e Licenças de Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido Impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

c. *Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor.*

Foram emitidos conforme transcreve-se abaixo:

Ano de 2013

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka - Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka - Tecelagem Kuenhrich S.A. “Em recuperação judicial” (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. A Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 912.669 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 912.632 mil no consolidado) e o nível de endividamento, principalmente relacionado a tributos e encargos sociais, é relevante e desequilibra a

capacidade de liquidez de curto e longo prazo da Companhia. A Companhia teve seu pedido de Recuperação Judicial (RJ) deferido em 08 de novembro de 2012 nos termos da Lei nº 11.101/05, sendo que em 11 de janeiro de 2013, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial na 2ª Vara Cível de Blumenau - SC, o qual foi homologado em 30 de outubro de 2013. A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir a Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral. Além disso, a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 154.873 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, naquela data, o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 801.010 mil. Em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos da Companhia foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Conforme as normas brasileiras e internacionais de auditoria, a Companhia deveria demonstrar este pressuposto de continuidade. As situações acima descritas indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Companhia e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Até a presente data não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013 não divulgam, integralmente, estes fatos.

2. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui registrado os montantes de R\$ 14.281 mil (controladora) e R\$ 14.997 mil (consolidado) na rubrica “Outras contas a receber” a título de diversos de adiantamentos realizados. Todavia, nossos exames indicaram que o montante de R\$ 674 mil é referente a adiantamentos efetuados a mais de 180 dias os quais, segundo a Administração da Companhia, não possuem expectativa de realização. Todavia, a Administração não finalizou sua análise e julgamento com o objetivo de concluir quanto a probabilidade de ressarcimento dos recursos ora adiantados, bem como, constituir provisão estimada para perdas desse montante. Consequentemente, a rubrica “Outras contas a receber”, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão a maior em R\$ 674 mil.
3. Conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia, em 13 de novembro de 2011, obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação e sem as limitações impostas pelo Ato Declaratório 3/00 e nos moldes das Leis Nos 9.640/00 e 9.430/96. A Companhia procedeu com o registro do imposto de renda e contribuição social referente a créditos apurados referentes ao período de apuração de 1997 a 2011, com base em levantamento elaborado por empresa especializada, no montante de R\$ 414.619 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cujo registro estava baseado em plano da Administração de recuperação nos próximos anos. Além disso, a homologação desses créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB). Adicionalmente em decorrência das múltiplas incertezas quanto a probabilidade de que os planos da Administração possam se concretizar, em razão do assunto mencionado no parágrafo 1 desta seção, e da homologação da RFB, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre o assunto.
4. A Companhia registrou em seu ativo não circulante na rubrica de “Tributos diferidos” os montantes de R\$ 21.666 mil (controladora e consolidado) e no passivo não circulante “Tributos diferidos” de R\$ 58.222 mil (controladora) e R\$ 90.305 mil (consolidado) os quais deveriam ser demonstrados líquidos, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC

32 - Imposto sobre a renda. Consequentemente o ativo não circulante e o passivo não circulante estão demonstrados a maior, nos montantes de R\$ 21.666 mil (controladora e consolidado). Além disso, conforme mencionado nos parágrafos 1 e 3 desta seção, não obtivemos evidência apropriada e suficiente de auditoria para concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

5. A Controladora Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. possui registrado na rubrica “Partes relacionadas” no passivo circulante, o montante de R\$ 48.170 mil em 31 de dezembro de 2013 referente a operações de mútuo com suas controladas Teka Fiação Ltda. e Cerro Azul Participações e Administração Ltda. A Companhia não tem como prática o cálculo e registro de encargos financeiros e tributos sobre as operações de mútuo, além de não possuir a conciliação e composição desses saldos. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto à adequação do referido saldo registrado nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013, bem como mensurar o valor de possíveis contingências fiscais inerentes a essas operações no resultado e no patrimônio líquido.
6. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui registrado na rubrica “Investimentos” o montante de R\$ 488 mil, o qual segundo a Administração refere-se a terrenos recebidos como parte de pagamento de dívidas de clientes, todavia não possui as respectivas escrituras bem como qualquer outra documentação suporte. Dessa forma, não foi possível, nas circunstâncias, por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre o respectivo saldo, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.
7. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 258.488 mil (R\$ 246.159 mil em 31 de dezembro de 2012) e no consolidado R\$ 232.331 mil (R\$ 209.852 mil em 31 de dezembro de 2012). Fomos informados pela Administração da Companhia que, destes montantes, existem operações que montam o valor de R\$ 125.824 mil (controladora e consolidado), atualizado com índices de taxas de juros inferiores aos acordados contratualmente. A Administração não efetuou os recálculos destes montantes, e, portanto, não registrou e divulgou adequadamente estas informações. Consequentemente, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações contábeis. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.
8. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui registradas em suas demonstrações contábeis, operações financeiras relativas à empréstimos e financiamentos e factoring com as instituições financeiras Banco Brascan S.A., FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Industrial Comercial S.A., DGS Factoring Fomento., Banco Daycoval S.A., Banco Topázio S.A., Banco do Brasil S.A. e Detomaso Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios. Entretanto, não recebemos as respostas de circularização (confirmação de saldos com terceiros) destas instituições financeiras. Dessa forma, não foi possível, nas circunstâncias, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a inexistência de passivos não reconhecidos, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.

9. Como decorrência de nossos procedimentos de auditoria, realizamos a circularização das instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2013 com as quais a Companhia mantém operações de financiamentos. Contudo, verificamos que existem diferenças entre os saldos apresentados na contabilidade e as confirmações enviadas pelas instituições financeiras no montante líquido de R\$ 2.787 mil. A Administração da Companhia não apresentou as conciliações destas diferenças, necessárias para a adequação dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, não foi possível, nas circunstâncias, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre os respectivos saldos, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.
10. Conforme mencionado na nota explicativa No 18 às demonstrações contábeis, certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas demonstrações contábeis. Em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.
11. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém operações com Debêntures no montante de R\$ 43.577 mil (R\$ 39.420 mil em 31 de dezembro de 2012). Essas operações encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos no montante aproximado de R\$ 2.000 mil, desconsiderando qualquer impacto tributário, em razão do mencionado no parágrafo 1 desta seção.
12. Na rubrica “Fornecedores”, a Companhia, em 31 de dezembro de 2013, apresenta o montante de R\$ 129.549 mil, registrado desde dezembro de 2012, relacionado a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a Administração a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Adicionalmente, em dezembro de 2012, antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, em decorrência do descumprimento das cláusulas de certos contratos, as parcelas registradas no passivo não circulante deveriam ser inteiramente reclassificadas para o passivo circulante. Consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações contábeis. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.
13. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou receita líquida consolidada de vendas e custo de produtos vendidos no total de R\$ 114.594 mil e R\$ 79.504 mil, respectivamente. Todavia, nossos exames indicaram que R\$ 2.951 mil, referente à receita líquida de vendas e R\$ 1.601 mil, referente custo de produtos vendidos, cujos benefícios e propriedade dos bens vendidos ainda não foram transferidos para os respectivos clientes até 31 de dezembro de 2013. Consequentemente, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 189 mil naquela data.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, até a presente data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase

1. Chamamos atenção ao mencionado na nota explicativa No. 27 às demonstrações contábeis, em decorrência da situação econômico-financeira da Companhia, a Administração não renovou os contratos de seguros para cobertura dos bens do ativo imobilizado. Nossa opinião não contém modificação relacionada ao assunto.
2. A Companhia possui registrado o montante de R\$ 4.008 mil (controladora e consolidado) relativamente a precatórios adquiridos de terceiros em exercícios anteriores. A Administração da Companhia acredita no recebimento desses créditos e/ou compensação com impostos, baseada nas negociações, ações em andamento e aditivos contratuais. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes decorrentes de incerteza quanto à realização desses ativos. Nossa opinião não contém modificação relacionada ao assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 19 de março de 2013, que conteve ressalvas semelhantes sobre os assuntos dos parágrafos 3, 7, 11, 12 e ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo 1 da seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas”.

Florianópolis, 28 de março de 2014.



Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 “S” SC

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1SP 154954/O-3 “S” SC

Ano de 2014

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS,
emitido com abstenção de conclusão**

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka - Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka - Tecelagem Kuenhrich S.A. “Em recuperação judicial” (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa nr 1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA - Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial, os quais foram homologados em 30 de outubro de 2013. No dia 02 de outubro de 2013 a assembleia geral de credores aprovou o plano de recuperação judicial. Até a presente data a Companhia não mensurou os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial

sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir a Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$138.650 mil (R\$154.873 mil em 31 de dezembro de 2013) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$1.192.025 mil (1.061.838 mil em 31 de dezembro de 2013). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.497.173 mil e R\$1.543.702 mil (757.647 mil e R\$801.010 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$1.043.218 mil e R\$1.046.177 mil, controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 912.669 mil e R\$ 912.632 mil controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere e dúvida quanto a base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. Como comentado acima, a Companhia apresenta fatores operacionais que requerem uma análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), conforme pronunciamento emitido pelo CPC 01(R1), entretanto essa análise não foi apresentada pela administração da Companhia. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2014.

4. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) a 3) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014 não divulgam, integralmente, estes fatos.

5. Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$477.324 em 31 de dezembro de 2014 e R\$436.046 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos dependem de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

6. A Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias na rubrica de “tributos diferidos” os montantes de R\$21.666 mil, controladora e consolidado, (R\$ 21.666 mil em 31 de dezembro de 2013) quais não foram objeto de análise de “impairment” e portanto não podemos concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

7. A Companhia apresenta na rubrica de Fornecedores, o montante de R\$ 129.549 mil (R\$ 129.549 mil em 31 de dezembro de 2013), registrado desde dezembro de 2012, relacionado a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Adicionalmente, em dezembro de 2012, antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, em decorrência do descumprimento das cláusulas de certos contratos, as parcelas registradas no passivo não circulante deveriam ser inteiramente reclassificadas para o passivo circulante. Consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações financeiras.

8. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 319.282 mil, controladora e consolidado (R\$285.353 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2013). Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, à saber: i) existem operações que montam o valor de R\$271.288 mil, controladora e consolidado, (R\$208.583 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2013) atualizado com índices e taxas de juros, inferiores aos acordados contratualmente firmados com as instituições financeiras, ii) certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas demonstrações financeiras em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, sendo que estas instituições não responderam as cartas de circularização dos auditores, iii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 47.994 mil, controladora e consolidado (R\$ 43.577 mil em 31 de dezembro de 2013). encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos pelo fato da discussão judicial entre as partes e o pedido de recuperação judicial homologado em 2012 pela Companhia; iv) os empréstimos e financiamentos acima destacados contêm cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), os quais são auferidos periodicamente, para os quais a Companhia não nos apresentou evidências que comprovem o atendimento dos covenants. Devido a situação comentada não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

9. Em consonância com o Plano de Recuperação Judicial, uma lista de equipamentos ociosos foram leiloados em 29 de julho de 2014. O lance arrematador foi de R\$3.385 mil. O valor histórico de custo destas máquinas, já líquidos de efeitos tributários era de R\$10.785 mil, portanto o leilão acarretou uma perda para Companhia na ordem de R\$7.400 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Esta perda reconhecida em 2014 enfatiza que a Companhia requer uma análise periódica quanto à sua capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), já comentado no parágrafo 03, e portanto, além desta ausência de

análise ser uma limitação de escopo em nossos trabalhos, não conseguimos concluir à qual período de anos anteriores as perdas com as máquinas leiloadas se referem.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, até a presente data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase

1. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2014, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de março de 2014, que conteve ressalvas semelhantes sobre os assuntos dos parágrafos 1 à 9 e ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo 1 da seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas”.

Recife, 30 de março de 2015.

Chronus Auditores Independentes S.S.
CRC-PE-000681/O F-SC

Rosivam Pereira Diniz
Contadora CRC-PE-014050/O S-SC

Ano de 2015

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, emitido com abstenção de conclusão

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. “Em recuperação judicial” (‘Companhia’), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa nr 1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial, os quais foram homologados em 30 de outubro de 2013. No dia 02 de outubro de 2013 a assembleia geral de credores aprovou o plano de recuperação judicial. Ainda não foi obtida a homologação do plano de recuperação pelo Juiz responsável, e por este motivo até a presente data a Companhia não registrou os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A execução desse

plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir a Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 129.081 mil (R\$ 126.062 mil em 31 de dezembro de 2014) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$1.319.876 mil (1.192.025 mil em 31 de dezembro de 2014). O resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos em 31 de dezembro de 2015 é lucro de R\$3.538 mil consolidado (prejuízo operacional de R\$ 32.602mil de prejuízo em 31 de dezembro de 2014). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.705.569 mil e R\$1.757.146 mil (R\$1.497.173 mil e R\$1.543.702 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$1.174.873 mil e R\$1.174.814 mil (R\$1.046.218 mil e R\$1.046.177 mil, em 31 de dezembro de 2014). O nível de endividamento indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere e dúvida quanto a base para preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. A Companhia apresenta fatores operacionais que requerem uma análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), conforme pronunciamento emitido pelo CPC 01(R1), entretanto essa análise não foi apresentada pela administração da Companhia. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2015.

4. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) a 3) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015 não divulgam, integralmente, estes fatos.

5. Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos federais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$526.274 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$477.324 mil em 31 de dezembro de 2014) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos dependem de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

6. A Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias na rubrica de “tributos diferidos” os montantes de R\$18.550 mil, controladora e consolidado, (R\$ 19.180 mil em 31 de dezembro de 2014) quais não foram objeto de análise de “impairment” e, portanto, não podemos concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

7. A Companhia apresenta na rubrica de Fornecedores, o montante de R\$ 151.504 mil (R\$ 129.549 mil em 31 de dezembro de 2014), registrado desde dezembro de 2012, relacionado a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais

pactuadas, cabe a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Adicionalmente, em dezembro de 2012, antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, em decorrência do descumprimento das cláusulas de certos contratos, as parcelas registradas no passivo não circulante deveriam ser inteiramente reclassificadas para o passivo circulante. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações financeiras.

8. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 364.368 mil, controladora e consolidado (R\$319.282 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2014). Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, à saber: i) existem operações que montam o valor de R\$ 309.777 mil, controladora e consolidado, (R\$271.288 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2014) atualizado com índices e taxas de juros, inferiores aos acordados contratualmente firmados com as instituições financeiras; ii) certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas informações financeiras intermediárias em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, sendo que estas instituições não responderam as cartas de circularização dos auditores na auditoria relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015; iii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 54.591 mil, controladora e consolidado (R\$ 47.994 mil em 31 de dezembro de 2014) encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos pelo fato da discussão judicial entre as partes e o pedido de recuperação judicial homologado em 2012 pela Companhia; iv) os empréstimos e financiamentos acima destacados contêm cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), os quais são auferidos periodicamente, para os quais a Companhia apresentou evidências não suficientes que comprovem o atendimento dos covenants em sua totalidade. Devido a situação comentada não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas informações financeiras intermediárias caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, até a presente data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase

1. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2015, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 30 de março de 2015, que conteve ressalvas semelhantes sobre os assuntos dos parágrafos 1 à 8 e ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo 1 da seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas”.

Blumenau (SC), 30 de março de 2016.

Berkan Auditores
Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como; provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia apresenta patrimônio líquido negativo. Visando buscar alternativas para esse completo ambiente, em 26 de Outubro de 2012 a TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. requereu em juízo a sua Recuperação Judicial, de acordo com a lei nº 11.101/2005, e em 08 de Novembro de 2012 foi deferido o processamento.

Sessenta dias após apresentou seu Plano de Recuperação, em conformidade com a lei, em seu artigo 53. Depois da apresentação do Plano de Recuperação, três Assembleias foram marcadas para aprovação do mesmo. A primeira foi suspensa em votação dos credores quirografários e com garantia real. A segunda acabou sendo suspensa, principalmente por solicitação e votação do credor Celesc, quando então os credores solicitaram que o plano fosse

modificado. Na terceira e última Assembleia de Credores, marcada para o dia 02 de Outubro de 2013, foi apresentado um plano modificativo que, após apresentação, foi aprovado por grande maioria, percentual superior a 70%, nas três categorias – Trabalhadores, Garantia Real e Quirografários.

A homologação do Plano de Recuperação se encontra pendente no Tribunal de Justiça de Santa Catarina face a recursos de credores a serem julgados ainda. Assim esclarecemos que os efeitos da Recuperação Judicial protocolada pela TEKA em outubro de 2012 não estão ainda reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

A aprovação do plano permitiu que a TEKA pudesse equacionar seus passivos existentes através de uma reestruturação, que prevê a geração de valor através de recursos próprios.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A Administração tem convicção que os controles internos são adequados. Não houve ressalvas pela auditoria.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Não foram constatadas deficiências

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:

Não aplicável

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não aplicável

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. *Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)*

Não ocorreram

- b. *Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:*

Não ocorreram

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadas no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especialmente os seguintes tópicos:

- a. *Investimentos, incluindo:*

- i. *descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:*

A Companhia efetuou em 2014, investimentos somente na manutenção de seu parque fabril. Os investimentos importaram R\$ 1.030 mil. Para o próximo ano, não há previsão de investimentos relevantes.

- b. *Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:*

Não aplicável

- c. *Novos produtos e serviços:*

Não aplicável

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não foram identificados outros fatores relevantes que não os anteriormente comentados.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480, de 17 de dezembro de 2009, (anexo 24) apresentamos as informações nos termos do item 12 (12.6 a 12.10), do Formulário de Referência da empresa **TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S. A.:**

12. Assembleia geral e administração

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Conselho Fiscal						
Nome	CPF	Profissão	Data Eleição	Prazo do Mandato	Cargo	Eleito pelo Controlador
Michele V L Medeiros	016.943.019-74	Administradora	30/04/15	abr/16	Membro Efetivo	Sim
João Paulo Wust	037.175.099-77	Administradora	30/04/15	abr/16	Membro Efetivo	Sim
Ubirajara dos Santos Vieira	165.645.100-04	Bancário	30/04/15	abr/16	Membro Efetivo	Não

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como os comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Companhia não possui comitês, conforme tópico acima.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal

Conselho Fiscal

Experiência Profissional dos indicados:

MICHELLE VIVIANE LOOS MEDEIROS: nos últimos 9 anos exerceu os seguintes cargos; Gerente Financeiro na empresa do Grupo Cell Participações e Administração Ltda e Administradora da Buro Haus Processamento de Dados Ltda.

JOAO PAULO WUST: Graduado em Ciências Contábeis, auditor sócio da J.WA Consultoria Empresarial .

UBIRAJARA DOS SANTOS VIEIRA: Foi Gerente de Escritório Private do Banco do Brasil S.A. responsável pela Região Sul (PR,SC,RS), Professor Universitário Titular em Administração Financeira e Mercado Cambial na UCPel Universidade Católica de Pelotas RS, e em Finanças Internacionais no MBA em Gestão Financeira na Faculdade Atlântico Sul - Pelotas RS. Atualmente é Consultor Financeiro e Diretor da AMB Consultores Associados Ltda. É Conselheiro Certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro Governança Corporativa..

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) administradores da Companhia

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre administradores da Companhia.

b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre administradores da Companhia.

c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há.

d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Não há.

b) controlador direto ou indireto da Companhia

Não há.

c) fornecedor, cliente, devedor ou redor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes

Não há

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da administração da Companhia é composta por uma parcela fixa. A parcela fixa é composta por um salário base e é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral Ordinária.

b) composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; (iv) razões que justificam a composição a composição da remuneração.

Conselho de Administração – remuneração 100% fixa.

Conselho Fiscal - remuneração 100% fixa.

Diretoria – 100% fixa.

O reajuste da parcela fixa da remuneração dos membros da administração da Companhia é definido anualmente em Assembleia Geral de Acionistas.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Não se aplica.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não se aplica

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

Não se aplica.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado á ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício Social 2013				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6	3	3	12
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não existe um plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Não se aplica.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não há remuneração baseada em ações.

13.7. Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não se aplica à Companhia

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 03 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica à Companhia

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens (13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):

a) modelo de precificação

Não se aplica à Companhia.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica à Companhia.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica à Companhia.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica à Companhia.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica à Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia não possui plano de previdência privada aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. Remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Conselho de Administração 5	Diretoria Executiva 3	Conselho Fiscal 3
Número de membros			
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	732.642,00	732.642,00	60.000,00
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	136.760,00	305.268,00	60.000,00
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	326.027,75	468.531,00	60.000,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Conselho de Administração 6	Diretoria Executiva 3	Conselho Fiscal 3
Número de membros			
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	522.300,00	518.000,00	46.580,00
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	103.516,00	327.752,00	46.580,00
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	217.677,33	391.168,00	40.699,11

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015

	Conselho de Administração 6	Diretoria Executiva 3	Conselho Fiscal 3
Número de membros			
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	408.668,00	408.668,00	38.823,00
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	75.768,00	341.024,00	38.823,00
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	165.247,17	363.598,67	38.823,00

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não há qualquer remuneração baseada em contratos, apólices de seguro ou outros instrumentos.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	
Órgão	
Conselho de Administração	77%
Diretoria Estatutária	37 %
Conselho Fiscal	67 %

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não houve pagamento de remuneração para membros da administração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não houve pagamento de remuneração para membros da administração reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16. Outras informações relevantes:

Não se aplica.